

Coluna do Castello

Que proveito
vai tirar Sarney

Depois de uma manhã e uma tarde de emoções, a Assembléia Constituinte deu ao presidente José Sarney o mandato de cinco anos que ele considera indispensável para a conclusão da transição democrática e a transferência do poder estável a um sucessor escolhido pelo voto popular, restabelecida igualmente a ordem nas finanças, com o controle da inflação, a renegociação da dívida externa e o reaquecimento da economia. As alternativas geradas nos debates que precederam a decisão dos constituintes demonstraram mais uma vez que os mais fortes sobrepujaram os mais habilidosos, e, se terminaram por tranquilizar o governo, deixaram em ebulição o PMDB com o indignado sentimento de revolta do senador Mário Covas diante do comportamento de grande parte dos seus correligionários e do presidente da Assembléia e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.



Sai assim de pauta, com a definição do mandato, uma das questões políticas que mais geraram inquietação e instabilidade nesses três primeiros anos de governo do sr. José Sarney, a ponto de perturbar, em sua essência, a elaboração de uma Constituição que tende a refletir no seu texto os sinais da confrontação e das incertezas que se produziram durante sua gestão. O presidente da República foi, afinal, atendido. Resta saber que proveito vai ele tirar desse ano de mandato que lhe concedeu a maioria sob a pressão de graves incidências do jogo do poder civil e militar, mobilizado para evitar precipitações indesejadas.

O primeiro proveito será certamente o de deslocar-se domingo para o exterior, reforçado pelo apoio da maioria política que lhe definiu o tempo de governo nos termos desejados. Esse sinal de força o acompanhará na viagem. Mas isso também lhe parecerá necessário para consolidar as negociações com o FMI e os banqueiros internacionais, receosos de tratar com um presidente frágil e contestado internamente. A maioria na Constituinte deverá traduzir-se numa maioria que dê ao seu governo respaldo no Congresso para implementar as reformas que ainda preconiza, e exercer sem maiores contestações o tempo de governo que lhe resta.

Os compromissos do presidente José Sarney tornam-se nítidos, eliminado o obstáculo que se situava entre suas aspirações e a realidade política. Cabe-lhe em primeiro lugar articular as forças que o apoiaram na Constituinte para dar a proclamada "unicidade" à nova Constituição, fazendo excluir do texto votado em primeiro turno tudo quanto possa constituir embaraço ao seu propósito de reintegrar o país na comunidade econômica internacional e estabilizar a economia, livrando-a da inflação e abrindo-a a investimentos indispensáveis. Seu bom entendimento com os militares, base e pressuposto da vitória conseguida na Assembléia Constituinte, não poderá, ainda neste primeiro turno da votação, ser perturbado pela extensão da anistia além da margem de tolerabilidade definida pelos ministros chefes das Forças Armadas.

O objetivo financeiro e econômico, já constante da proposta de gestão da equipe comandada pelo ministro Mailson da Nóbrega, deverá consumir sua segunda aliança de poder, a aliança com o empresariado até aqui perplexo ou intimidado pelas alternativas de política financeira que contribuíram para agravar a instabilidade crônica da economia nacional. Essa conjugação de forças começará a operar objetivamente na votação do segundo turno, com a mobilização comum para eliminar da Constituição o que contraria as aspirações de ambos os estamentos. O plano de reajustamento financeiro, em execução interna e externamente, ganhará em solidez e apoio, malgrado o descontentamento que eventualmente possa gerar nas classes trabalhadoras, que vinham encarando com otimismo algumas conquistas registradas no texto básico da Constituição.

Se conseguir o que pretende, caberá finalmente ao presidente José Sarney dar à nação uma satisfação presidindo as eleições municipais em novembro, impedindo a planejada prorrogação de mandatos, e dar condições aos partidos para que se recomponham sob livre inspiração das correntes de opinião, e se constituam na base de operações para a realização, afinal, da eleição direta mediante a qual o povo escolherá, depois de 29 anos, o presidente da República e o sistema de forças que irá dirigir a nação. Se o sr. José Sarney der conta do seu recado, realizando seus anunciados objetivos, terá justificado historicamente a euforia com que comemorava ontem a vitória do mandato de cinco anos.

Rio, Rocinha

e Brasília

A decisão do governador Moreira Franco, de ocupar a Rocinha e enfrentar com energia o desafio dos traficantes, atendeu à expectativa das autoridades federais, desfazendo as apreensões e a ansiedade com que se encarava aqui o assunto. O ministro da Justiça, sr. Paulo Brossard, não pensou em intervenção federal, mas quando disse, na televisão, em resposta à tese sustentada no Rio de que o problema era federal e não estadual, que a manutenção da ordem na favela era questão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, foi perfeitamente entendido. O governador Moreira Franco não hesitou em determinar a operação, desencadeada antes do amanhecer.

Lembrou, a propósito, o ministro Brossard que, quando houve ameaça de ocupação do prédio da Petrobrás no Rio, ele comunicou-se por telefone com o governador a quem declarou que o governo federal considerava intolerável que se consumasse a invasão. Para prevenir-se, ele tinha sobre sua mesa, assinado pelo presidente, ato de requisição da PM do Rio para agir sob ordens federais, caso o governo fluminense se omitisse. Como se sabe, a PM do Rio, por ordem do governador, impediu na época a ocupação do prédio da Petrobrás.

Carlos Castello Branco